

Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos

LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, 238 p.

Humberto Bersani¹
Letícia Ferreira da Silva²

Sem Maquiagem resulta da tese de doutorado de Ludmila Costhek Abílio defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. A autora analisa dados e informações sobre as revendedoras da Natura, não se restringindo à pesquisa de campo realizada com essas trabalhadoras, mas estabelece um diálogo profundo entre sociologia do trabalho e economia política, apresentando os atuais fenômenos no mundo do trabalho sob a perspectiva da condição dessas mulheres.

No primeiro capítulo a autora expõe que a venda e o consumo dos produtos Natura são realizados majoritariamente por mulheres (95%) de diferentes classes sociais, com predominância das de baixa renda, o que para ela configura as expressões denominadas “trabalhar para consumir” e “pagar para trabalhar”. Em seguida, no capítulo II, a autora explora a questão das políticas neoliberais sob a estrutura de *dominância da valorização financeira* e do forte crescimento do Sistema de Vendas Diretas (SDV), bem como o crescimento substancial do setor de cosméticos e higiene pessoal no país. No capítulo III, Abílio recorre aos conceitos marxianos concernentes ao trabalho abstrato e fetiche da mercadoria para tratar da questão do trabalho invisível

¹ Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP). E-mail: hbersani@gmail.com.

² Assistente jurídica. E-mail: leticia_fs93@hotmail.com.

e precário, além da visibilidade da marca. Outrossim, expõe no capítulo IV a *organização pela dispersão*, ressaltando a nova racionalização do trabalho, “mcdonaldização”, ou seja, as relações de trabalho são intermitentes, flexíveis, sem direitos e baseados no contrato zero-hora, constituindo um novo controle da produção e consumo. Destaca, ainda, os pontos referentes à imersão em riscos, instabilidade e intensificação do trabalho das revendedoras.

Por fim, no capítulo V, a autora lida com a correspondência entre acumulação, informalidade e o trabalho das revendedoras. Conclui que as consultoras são o elemento mais importante da empresa para acumulação e redução de custos, ou seja, as trabalhadoras em sua maioria podem estar num processo em que pagam para trabalhar. Ludmila Abílio, ao investigar as relações de trabalho, explicita o inobservável nas novas morfologias do trabalho, questão principal da sua obra, revelando a expropriação do tempo de aproximadamente um milhão de revendedoras da empresa Natura. Onde se extrai que essas relações são camufladas em torno da marca da empresa, pois se incute na consciência dessas trabalhadoras uma visão de que elas não apenas vendem e consomem produtos da marca, mas ajudam na constituição de uma nova política de produtos, com o ideal de benevolência e reconhecimento da “*brasilidade*”, criando-se um vínculo com as revendedoras que superam o aspecto econômico, mas apenas por parte das trabalhadoras, enquanto que a empresa só se preocupa com a rentabilidade e maior divulgação da marca.

Com a intensificação das desigualdades sociais e o surgimento dos novos modelos de trabalho, como, por exemplo, o fordismo e o toyotismo, o capitalismo, ao produzir um exército industrial de reserva expropriado do seu tempo e na transformação da força de trabalho feminina em mercadoria, designa para as mulheres as condições mais precárias e menor remuneração, além da dupla jornada de trabalho. No caso das revendedoras da Natura, há a tripla jornada, o que não é exceção, uma vez que elas devem (submetidas a uma sociedade machista e patriarcal) cuidar do lar.

Ao abordar a questão feminina nas relações econômicas na Natura, Abílio expõe um processo que vem se consolidando por meio das grandes empresas que operam no SDV, onde essas empresas se utilizam de “uma ação dispersa e sem forma predefinida desse milhão de mulheres”, para atividades como vendas, revendas, consumo, publicidade e *feedback*, caracterizando o que a autora chama de organização através da dispersão, ou seja, um novo vetor de exploração do trabalho, provocando as terceirizações, que são uma forma de reconhecimento de novas formas de controle e de organização.

Outro ponto relevante tratado é o fato que as revendedoras realizam um trabalho invisível, arcando com mais prejuízos do que lucrando e são apenas vistas quando a empresa necessita de um controle sobre os seus rendimentos e produção, uma vez que, a Natura funciona com o sistema *just in time*. Essa *invisibilidade social* é abordada por meio da teoria do *imaterial*, que de acordo a autora é uma “expressão daquelas que enfocam a primazia da ciência e das novas tecnologias para a acumulação, trazendo, embutida, a descartabilidade do trabalho” (p. 225). Assim, essa teoria é pensada como uma espécie de obscurecimento que analisa as forças produtivas, mas não enxerga a exploração do trabalho.

Sem Maquiagem é um trabalho instigante, denso e perspicaz, onde Abílio trabalha a questão das consultoras de uma das maiores empresas do país trazendo à luz a questão da invisibilidade do trabalho de um modo geral para toda a sociedade e não apenas para a empresa. Ao abordar a matéria da exploração do trabalho e suas novas conformações, a autora demonstra como o controle das relações de trabalho é exercido e aprimorado todos os dias pelo capital.

Assim sendo, novas formas de resistência e libertação da opressão e exploração constante do capital para acumulação devem ser pensadas, ainda mais diante da recente reforma da legislação trabalhista que caracteriza mais um desmonte em um compilado

de direitos e garantias fundamentais que a classe trabalhadora demorou anos para conquistar, mas que infelizmente, enquanto em vigor, não foi capaz de regulamentar essas relações de trabalho. Insta ressaltar que, no Brasil, desde a década de 1970, existe uma legislação específica para o SDV para o recolhimento de impostos. Contudo, não existe o reconhecimento do vínculo empregatício, o que representa mais um meio do qual o capital se vale ao utilizar o direito para promover a degradação da classe-que-vive-do-trabalho.